

4668

477

IVÂNIA VIEIRA

Presente esdrúxulo

De volta ao começo. E pior, o começo amargo, traído, que fere compromissos. Esta é a sensação experimentada ao se tomar conhecimento do Decreto presidencial nº 1.775 (de 8/janeiro/96) que deixa portas abertas para a revisão e alteração de áreas indígenas no Brasil. O "presente de ano novo" do presidente Fernando Henrique Cardoso mostra, mais uma vez, a opção pelo velho que abriga os interesses econômicos e políticos mais fortes e remete os que estão do lado de fora da roda do poder ao combate, desigual, pela sobrevivência.

A possibilidade de se alterar áreas indígenas no País não é um princípio de democracia e sensatez. É a negação do exercício democrático de reivindicar direitos e o sim oficial para que as invasões, os conflitos e mortes — das nações indígenas — prossigam. Com o poder econômico e político determinando a cor da democracia nacio-

nal fecha-se o cerco em torno dos povos indígenas. O Estado reserva, a eles, um único "direito" — o de se integrarem à sociedade civilizada. Isso, com palavras suaves, é o mesmo que limpeza étnica na versão brasileira. O que não espanta. Afinal, mais recentemente, em 1994, o cientista político Hélio Jaguaribe, apontava esse caminho como um processo natural. O presidente FHC e o ministro da Justiça, Nelson Jobim cumprem, agora, uma etapa de processo. Ironicamente, completam um capítulo da história que constroem recuando além de um outro presidente deste País, Fernando Collor, modelo combatido pelo então candidato Fernando Henrique.

O Brasil tem sido um péssimo aprendiz nas lições sobre os direitos das nações. As autoridades repetem que os países desenvolvidos não podem criticar a política indigenista do País porque mataram todos os seus índios. Vale acres-

centar que hoje os norte-americanos também repudiam o integracionismo personalizado na figura do general Custer. Pode ser um "mea culpa" tardio, mas é, igualmente, um indicativo do exemplo a não ser seguido. Há chance e condições de o Brasil adotar um outro caminho, se houver vontade e determinação política. Nações ricas não reivindicam direitos; determinam seus direitos. Quando se mobiliza os cidadãos do mundo em defesa de direitos dos povos é evidente que estes ficaram à margem, expostos ao extermínio, como estão os índios brasileiros.

A integração nacional tem sido perversa para a maioria desses povos. Em 94, 7.470 índios (dados da CNBB/Cimi) trabalhavam em regime de escravidão, e o índice de homicídios contra índios cresceu 100% em relação a 1992. Nos últimos três anos essa taxa chegou a 230%. A alteração exigida não é essa que FHC carimbou. Este é um país plurirracial.

SIM e NÃO

Reservas indígenas

A figura do contraditório vai entrar em cena. O governo estadual acaba de receber do Ministério da Justiça, um lote de 48 novas reservas indígenas para demarcação no Amazonas e o tamanho da área global é equivalente pelo menos duas vezes ao território de Portugal — 18 milhões de hectares.

A reserva ianomâmi, objeto da maior polêmica sobre demarcações, é apenas metade deste total. A partir de hoje, o governo amazonense tem 90 dias de prazo para contestar ou não as áreas propostas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O governador Amazonino Mendes tinha declarado anteriormente que

não se oporia à criação de novas reservas no Amazonas. Agora, porém, a tendência é reexaminar a questão e 'dar a César o que é de César', como definiu ontem um assessor, para explicar que as novas áreas não podem ter dimensões que comprometam o desenvolvimento econômico em várias regiões do Estado.